

política



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Limites a apostas de jovens em bets

A deputada federal gaúcha Any Ortiz (PP, foto) apresentou um projeto de lei para estabelecer regras adicionais de “Jogo Responsável” e impor limites severos para as bets no Brasil. A proposta legislativa prevê que, entre 18 e 21 anos, os depósitos mensais fiquem limitados a meio salário-mínimo, enquanto para quem tem de 22 a 25 anos a trava é de um salário-mínimo, além do impedimento de manter contas ativas em múltiplos sites. A parlamentar defende a restrição por “tratar-se de faixa etária que não possui ainda o total desenvolvimento do cérebro, especialmente o do córtex pré-frontal, responsável pelo autocontrole e pela avaliação de consequências”. A proposta também proíbe o oferecimento de cashback ou apostas grátis para atrair usuários afastados há mais de 10 dias. O projeto de lei segue agora para avaliação nas comissões.



JÁNA MEINERZ/IC

Dnit avança na liberação de rodovias

Os três comunicados mais recentes emitidos pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) referem-se a liberações de tráfego em trechos das rodovias federais no Rio Grande do Sul. O principal avanço está na BR-470, entre Bento Gonçalves e Veranópolis, agora com trânsito livre 24 horas por dia no viaduto do km 192. A medida “amplia a mobilidade da população e garante uma alternativa segura e contínua para o deslocamento pela Serra das Antas”, embora o local ainda funcione em “pare e siga” diurno para obras. A autarquia também liberou a ponte sobre o Arroio Floriano (km 107 da BR-470), entre Lagoa Vermelha e André da Rocha, e a pista lateral da BR-116 (kms 455 a 456), em São Lourenço do Sul. Os motoristas devem redobrar a atenção devido às alterações no tráfego e ao pavimento danificado pelas chuvas.

Entidades da Justiça repudiam ações de Milei

As principais associações da magistratura, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas - como AMB, Ajufe, Anamatra e Atricon - divulgaram notas de repúdio às declarações do presidente da Argentina, Javier Milei, contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e o ministro Alexandre de Moraes. As entidades rebatem as ofensas proferidas em solo brasileiro e destacam que divergências ideológicas não justificam o desrespeito à soberania nacional e à independência dos Poderes. “Divergências políticas ou ideológicas não autorizam autoridades estrangeiras a atacar magistrados, questionar a legitimidade das instituições brasileiras ou interferir no processo político-eleitoral do País”, sublinhou a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) em manifesto. A briga entre os dois países preocupa, em especial, produtores gaúchos que possuem negócios com os argentinos.

Ações do MPF contra o tráfico de pessoas

Por ocasião do Dia Internacional de Enfrentamento ao Tráfico Humano, comemorado neste 30 de julho, o Ministério Público Federal (MPF) informou que denunciou 216 pessoas por tráfico internacional de pessoas e contrabando de migrantes entre 2025 e junho de 2026. O balanço é resultado do trabalho da Unidade Nacional (UNTC), estrutura especializada que completa dois anos este mês e centraliza as investigações do país com procuradores dedicados no Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal. No total, 79 denunciados responderão pelo tráfico de 299 vítimas identificadas, e outros 137, por contrabando de migrantes.

Campanha para governador pode usar até R\$ 11,5 milhões

Além do recurso público, candidatos podem ter doações de pessoas físicas



Marcus Meneghetti

marcusv@jcrs.com.br

Cada candidato ao governo do Rio Grande do Sul poderá gastar, no máximo, R\$ 11,5 milhões na campanha do primeiro turno das eleições de 2026.

Os candidatos que passarem ao segundo turno terão direito a um gasto adicional de R\$ 5,7 milhões. Neste ano, o teto de gasto fixado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é o mesmo de 2022.

O TSE também manteve o teto da última eleição para a campanha à presidência da República, ao Senado, à Câmara dos Deputados e às assembleias legislativas. O valor varia por estado.

Os candidatos a presidente da República poderão gastar até R\$ 88,9 milhões no primeiro turno, com um acréscimo de R\$ 44,4 milhões aos candidatos que passarem à segunda etapa do pleito.

Os nomes ao Senado poderão destinar até R\$ 4,4 milhões. Os deputados federais, até R\$ 3,17 milhões. E os deputados estaduais, R\$ 1,27 milhão.

Segundo a normativa do

TSE, o cálculo inclui “o total dos gastos de campanha contratados pela candidatura; as transferências financeiras feitas para outros partidos, candidatas ou candidatos; e as doações estimáveis em dinheiro recebidas, ou seja, bens e serviços doados que possuem valor econômico.”

Nas eleições de 2026, os partidos terão à sua disposição mais de R\$ 6,3 bilhões em recursos federais para a campanha eleitoral. Essa quantia provém tanto do Fundo Especial de Financiamento da Campanha Eleitoral - conhecido como Fundo Eleitoral - e do Fundo Partidário (destinado a financiar a estrutura das agremiações políticas brasileiras).

O Fundo Eleitoral vai distribuir R\$ 4,9 bilhões aos partidos, de acordo com a representação no Congresso Nacional. O Fundo Partidário, R\$ 1,43 bilhão. Além disso, os candidatos podem angariar recursos privados através de doações de pessoas físicas e vaquinhas.

Teto de gastos para a campanha eleitoral de 2026

Cargo	Primeiro turno	Segundo turno
Presidente	R\$ 88.944.030,80	R\$ 44.472.015,40
Governador RS	R\$ 11.562.724,00	R\$ 5.781.362,00
Senador	R\$ 4.447.201,54	-
Deputado federal	R\$ 3.176.572,53	-
Deputado estadual	R\$ 1.270.629,01	-

FONTE: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

TSE reafirma mecanismos de segurança das urnas

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) voltou a destacar, nesta segunda-feira, as camadas de segurança que cercam o sistema eletrônico de votação brasileiro, em meio à intensificação de novas críticas direcionadas às urnas eletrônicas. A nova manifestação da corte ocorre dias após o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) voltar a fazer declarações sobre o sistema eletrônico de votação durante um encontro com representantes diplomáticos.

Na ocasião, o pré-candidato à Presidência afirmou que as urnas eletrônicas brasileiras teriam ligação com equipamentos da empresa venezuelana Smartmatic, tese que já havia sido rebatida pela Justiça Eleitoral. O TSE ressaltou que o sistema eletrônico de votação, adotado nacionalmente desde 1996, completa 30 anos em 2026 e é submetido a uma série de procedimentos de auditoria antes, durante e depois das eleições.

Segundo o tribunal, todas as etapas são regulamentadas por normas específicas e permitem acompanhamento por partidos políticos,

Ministério Público, Polícia Federal, universidades, entidades fiscalizadoras e especialistas credenciados.

O TSE destacou que um dos principais instrumentos de transparência é a abertura do código-fonte dos sistemas eleitorais. O procedimento ocorre um ano antes da votação e possibilita que instituições autorizadas examinem os programas responsáveis pelo funcionamento das eleições. Para o pleito deste ano, os códigos estão disponíveis para inspeção desde outubro de 2025.

De acordo com a corte eleitoral, representantes de diferentes instituições já realizaram inspeções nos sistemas das eleições de 2026, entre eles integrantes do Senado Federal, da Sociedade Brasileira de Computação e da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O União Brasil também participou do processo de fiscalização neste ciclo eleitoral.

Além da análise dos programas, o tribunal promove o Teste Público de Segurança, iniciativa que reúne especialistas em tecnolo-

gia para tentar identificar eventuais vulnerabilidades no sistema. Na etapa de confirmação, concluída em maio deste ano, o TSE informou que nenhuma das verificações apontou falhas capazes de comprometer o sigilo do voto ou alterar o resultado das eleições. Desde a criação do teste, em 2009, segundo a corte, não foram identificadas vulnerabilidades que colocassem em risco a integridade do processo eleitoral.

Outro procedimento destacado pelo tribunal é a cerimônia de assinatura digital e lacração dos sistemas. Nessa fase, realizada antes da distribuição das urnas aos locais de votação, os programas eleitorais são inseridos nos equipamentos, testados e protegidos por lacres físicos produzidos pela Casa da Moeda.

O TSE afirma que as auditorias continuam no próprio dia da eleição. Entre elas estão o Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas, o Teste de Integridade com Biometria e o Teste de Autenticidade dos Sistemas Eleitorais.